

CNBB: O USO DO PROJETOR MULTIMÍDIA NA LITURGIA

Elementos para reflexão

A seguir, reflexão da Comissão Episcopal para a Liturgia sobre o uso de audiovisuais nas celebrações litúrgicas.

(cf. www.cnbb.com.br, link "Comissões Episcopais - Liturgia")

1. O uso do projetor multimídia na liturgia é hoje uma realidade frequente em nossas comunidades. Por se tratar de uma realidade relativamente recente e ainda pouco refletida em nosso meio, causando discussões e até mesmo divergências de opinião, a Comissão Episcopal Pastoral para a Liturgia da CNBB quer oferecer, com a presente nota, alguns elementos para uma reflexão e futuros aprofundamentos da parte do episcopado nacional, dos liturgistas, dos párocos e todos os agentes de pastoral litúrgica em nosso país e, sobretudo, daqueles que utilizam o projetor multimídia como recurso para a liturgia.
2. A partir do Concílio Vaticano II e da reforma litúrgica dele derivada, como compreender esta realidade? Seria esta uma simples adaptação à cultura moderna? Apenas uma moda, como foi com o retroprojetor, que depois caiu em desuso? Uma criatividade litúrgica? Quais os motivos da introdução deste meio na liturgia? Seria o projetor multimídia algo a ser realmente necessário na liturgia?

Vendo a realidade do uso do projetor multimídia na liturgia

1. Em diferentes comunidades, o projetor multimídia vem sendo utilizado como recurso audiovisual para, por exemplo:
 - projetar cantos num telão ou numa parede da igreja, inclusive fazendo correção de textos durante a ação ritual;
 - projetar as orações presidenciais, inclusive a oração eucarística, enquanto o presidente as proclama;
 - projetar as leituras bíblicas enquanto são proclamadas;
 - projetar a homilia ou parte dela, de forma esquemática, enquanto é proferida, chegando até mesmo a ser acompanhada por trilha sonora;

- projetar, durante a homilia e a oração eucarística, imagens ou vídeo de Jesus retratando ações correspondentes a estes momentos rituais como, por exemplo, cenas da última ceia projetadas durante a narrativa da instituição, no momento em que Jesus parte o pão;
- projetar ícones em diferentes momentos da celebração, bem como mensagens após a comunhão;
- e também projetar os textos da liturgia das horas.

Estes exemplos - como outros que poderiam ser citados -, nos servirão de referência para refletirmos sobre a complexa realidade do uso do projetor multimídia na liturgia.

Justificativas comumente dadas para o uso

1. São várias as justificativas apresentadas por aqueles que se utilizam deste meio. Dentre elas, elencamos algumas:
 - Por questões econômicas e ecológicas (menos custos e gastos de papel), a utilização do projetor multimídia leva a eliminar o uso dos “folhetos litúrgicos” e livros de cantos.
 - É mais prático, tendo os textos em um só lugar e projetá-los, do que multiplicar e distribuir papéis, como aqueles usados para os cantos.
 - O uso do projetor multimídia ajuda e facilita a participação da assembleia na liturgia, porque ela (a assembleia) se vê livre e despreocupada de manter folhas e objetos nas mãos.

Elementos para reflexão sobre essa realidade

1. É compreensível a iniciativa do uso do projetor multimídia com as suas justificativas, pois revelam zelo e preocupação pastoral em relação à liturgia. No entanto, do ponto de vista teológico-litúrgico, tudo isso demanda revisão, reflexão e aprofundamento, tendo em vista, sempre, a participação plena da assembleia.
2. Na reflexão sobre esta realidade, um primeiro elemento a ser considerado é a noção de participação ativa na liturgia. O que é mesmo participar de uma ação litúrgica? É participar da salvação (cf. Sacrosanctum Concilium, SC, 2) que sempre de novo nos é dada através dos ritos e sinais sensíveis da liturgia da Igreja (cf. SC 5-7), pelos quais somos incorporados à morte e ressurreição de Cristo em seu mistério pascal (cf. SC 5-7).

3. Os ritos têm o seu espaço próprio, cujo centro são as duas mesas: a da Palavra e da Eucaristia. A mesa da Eucaristia deve ocupar “um lugar que seja de fato o centro para onde espontaneamente se volte a atenção de toda a assembleia dos fiéis” (Instrução Geral ao Missal Romano, IGMR, n. 299). Isso significa que nada deve nos distrair deste centro. Caso contrário, a participação ativa ficará comprometida.
4. A ação salvadora de Deus se dá, sobretudo, quando, em torno à mesa eucarística, é proclamada a grande ação de graças da Igreja ao Pai, por Cristo e no Espírito Santo. De fato, a oração eucarística é o “centro e ápice de toda a celebração” (IGMR n. 78), quando a mente e o coração de todos devem se voltar para o alto, isto é, para Deus. Portanto, no momento da sua proclamação, é importante que o foco das atenções esteja no altar para acompanharmos e participarmos deste momento ritual. Por isso, não convém que a assembleia acompanhe o texto da oração eucarística, seja ele impresso ou projetado, mas, com os olhos voltados para o altar, ouça a voz do presidente que proclama a solene ação de graças. Neste momento, não pode a assembleia centrar-se em imagens ou filmes projetados no telão. As aclamações da assembleia poderiam ser proferidas ou cantadas pelo diácono ou outro ministro e repetidas pelo povo.
5. O que foi dito sobre mesa eucarística, pode-se também dizer sobre a mesa da Palavra, como nos ensina a Igreja: “A dignidade da Palavra de Deus requer na Igreja um lugar condigno de onde possa ser anunciada e para onde se volte espontaneamente a atenção dos fiéis no momento da liturgia da Palavra” (IGMR n. 309). Conseqüentemente, a Palavra de Deus, quando proclamada e comentada pela homilia, exige de nós a atitude discipular de escuta. Na liturgia, ela está para ser proclamada e ouvida. Assim sendo, estaria muito mais de acordo com a natureza da liturgia a assembleia voltar-se para o ambão, com olhos e ouvidos atentos ao ministro que proclama a Palavra “em voz alta e distinta” (cf. IGMR 38), em vez de acompanhá-la com os olhos fixos num texto impresso ou em projeções no telão.
6. A participação ativa na liturgia exige uma interação entre quem proclama a Palavra e a assembleia que a escuta, entre a presidência e assembleia, entre esses e o próprio Deus, entre Deus e o seu povo, por força das ações rituais. Ao mesmo tempo, exige o uso cuidadoso dos livros litúrgicos, porque eles “lembram aos fiéis a presença de Deus que fala a seu povo... e são sinais e símbolos das realidades do alto na ação litúrgica” (Introdução ao Lecionário da Missa, ILM, 35), não devendo por isso ser “substituídos por outros subsídios de ordem pastoral” (ILM 37).

7. O Concílio Vaticano II resgatou a ampla compreensão de presença real de Jesus Cristo na liturgia (no ministro, na Palavra, na assembleia orante, nos sacramentos, sobretudo nas espécies eucarísticas), proclamando que Cristo mesmo age nas ações litúrgicas (cf. SC 7). A Igreja nos convoca, pois, a valorizar estas diversas presenças. Imagens projetadas durante a celebração desviam a nossa atenção da ação de Jesus Cristo, aqui e agora, na própria ação ritual. Além disso, sendo o filme, ou vídeo, um acontecimento em si mesmo, não se destina a ilustrar outro acontecimento que é o mistério de Cristo e da Igreja na própria ação ritual em ato.
8. O ministro, tanto no momento de proclamar a Palavra como na ação ritual de presidir a Eucaristia, age *in persona Christi*. O Cristo assume a voz, o olhar, o rosto, os braços, o corpo todo do ministro para, por ele, se comunicar com o povo cristão reunido em assembleia e, na unidade do Espírito Santo, glorificar ao Pai. Então, como fica quando a assembleia se vê obrigada a ter que desviar sua atenção para o telão, exatamente quando teria de contemplar a ação do Cristo vivo na pessoa do ministro? E como fica aí a “participação ativa”, no verdadeiro sentido teológico-litúrgico, pedida com insistência pelo Vaticano II?
9. O uso do projetor multimídia na liturgia, como estamos vendo, além de interferir na ação ritual, entra em competição com a liturgia, gerando distração.
10. O uso didático do projetor multimídia, utilizando aparelhos (computador, fiação, projetor, mesa, telão), sem dúvida interfere na composição e na estética do próprio espaço celebrativo enquanto “sinal e símbolo das coisas divinas” (cf. IGMR 288). Dependendo da localização, não seria o projetor multimídia um elemento estranho ao espaço celebrativo, dificultando a execução das ações sagradas e a ativa participação dos fiéis? Na verdade, com o uso desses aparatos corre-se inclusive o risco de tornar o espaço celebrativo em quase “sala de aula”, de “conferência”, ou uma extensão da minha “sala de TV”.
11. Além do mais, com o uso de projetor multimídia na liturgia, não se corre o risco da acomodação, no sentido de não se precisar mais investir na formação litúrgica e nem mesmo buscar uma melhor qualidade do espaço celebrativo e, sobretudo, dos ministérios?
12. O problema maior, talvez, está na falta de iniciação litúrgico-ritual. Qual o lugar que a liturgia ocupa na catequese? O que normalmente se ensina aos agentes de pastoral e comunidades? Quem o faz e que metodologia utiliza? Como estão sendo formados os futuros presbíteros e diáconos? A formação litúrgica muitas vezes fica reduzida a teoria,

sem a devida formação para a ritualidade conjugada com a espiritualidade. Resultado: Recorre-se a folhetos, ao uso do projetor multimídia etc., desfocando assim a atenção da assembleia daquilo que é central na celebração. Liturgia é eminentemente ação, celebração: ação de Cristo e da Igreja, ação da assembleia em Cristo e no Espírito. Assim sendo, não tem como ser ela acompanhada por outra ação paralela assistida no telão. Não somos expectadores mas participantes.

13. Enfim, podem as novas tecnologias colaborar em favor de uma liturgia participativa, pascal, simbólica e orante? É possível? Com certeza, e muito! Onde? Na catequese como preparação para o bem celebrar, nos cursos em preparação ao batismo e ao matrimônio, bem como nos cursos de formação litúrgica em geral. Aí, nestes espaços, o projetor multimídia presta, sem dúvida, um notável serviço à sagrada liturgia.
14. Que o Espírito Santo nos ilumine, para que, a partir de uma séria reflexão sobre o uso do projetor multimídia em nossas liturgias, possamos qualificar sempre mais nossas celebrações e todos os seus ministérios. Tudo para que nossas assembléias litúrgicas, corpo eclesial de Cristo, possam sentir-se plenamente sujeito das ações rituais e, ao mesmo tempo, todas as pessoas que as compõem sintam-se envolvidas pelo mistério da salvação e glorifiquem ao Pai por uma vida santa.

O uso dos aparatos técnicos nas celebrações: uma reflexão a propósito da nota emitida pela Comissão Episcopal Pastoral para a Liturgia

Por Pe. Danilo César dos Santos Lima

A Comissão Episcopal de Pastoral Litúrgica da CNBB (CEPL) emitiu recentemente uma nota intitulada: “O uso do projetor multimídia na liturgia – elementos para a reflexão”,^[1] cujo escopo é “oferecer elementos para uma reflexão e futuros aprofundamentos da parte do episcopado nacional, dos liturgistas, dos párocos e todos os agentes de pastoral litúrgica” (n. 1). Este artigo pretende comentar esse oportuno subsídio, refletindo sobre dois aspectos relativos à liturgia – a sacramentalidade e a participação –, além de analisar e ponderar a questão dos aparatos técnicos introduzidos nas celebrações.

I. A NOTA EMITIDA PELA PASTORAL LITÚRGICA DA CNBB

O texto oferece 18 artigos muito lúcidos a respeito da questão que considera uma “realidade frequente em nossas comunidades”. Trata-se de prática litúrgica relativamente nova e pouco discutida, cuja eficácia e resultados parecem insuficientemente avaliados: o uso do projetor multimídia nas celebrações.^[2] Após o estabelecimento da questão nascida de um olhar sobre a realidade (n. 1-5), o texto apresenta consistente exposição do tema “participação na liturgia” e suas consequências lógicas, que perpassa a maior parte do texto (n. 6-16). Ao final, fornece algumas pistas e questionamentos, em vista da orientação que lhe cabe oferecer (n. 17-18).^[3]

1. Participação, conceito-chave

Grande parte do texto se detém no conceito “participação na liturgia” (cf. n. 5-8.10.12.14.16.17), fundamental para compreender a reforma conciliar. O tema foi preocupação da Igreja desde o pontificado de Pio X, com o moto-próprio *Tra le sollecitudini* (22 de novembro de 1903). O documento foi um grande impulso e incentivo ao Movimento Litúrgico (ML), que levou adiante a tarefa de “refontalizar” a liturgia da Igreja com estudos, pesquisas, debates e iniciativas reconhecidamente ousadas no campo da ação litúrgica.

O esforço do ML desembocou no Concílio Vaticano II, como coroamento de longo percurso e de grande desejo de ver renovada a liturgia da Igreja. O concílio, acolhendo as contribuições desse histórico movimento, promulgou a constituição conciliar *Sacrosanctum Concilium* sobre a sagrada liturgia em 4 de dezembro de 1964. Nessa constituição, a participação dos fiéis na liturgia é expressão tão usada, que a comparam a uma ladainha ou estribilho, dada a sua insistência e recorrência (BARAÚNA, 1964, p. 281-353). Decorridos quase 50 anos desde o concílio, o tema continua atual, exigindo, vez por outra, aprofundamentos e novas abordagens. A participação na liturgia é direito e dever de todos os batizados (cf. SC 14) e a sua promoção é uma exigência ao ministério ordenado (cf. SC 18-19) e à pastoral litúrgica. Não obstante sua importância, o risco de esquecimento do significado dessa conquista está sempre presente. As novas gerações, distantes do evento conciliar e vulneráveis ao esquecimento histórico causado por motivos ideológicos ou por uma visão alheia aos avanços conciliares, correm o risco de se entusiasmar com práticas litúrgicas que desconsideram o concílio e sua insistência sobre a participação dos fiéis, ignorando sua profundidade e implicações para a vida eclesial.

1.1. Sacramentalidade da liturgia

A nota da CNBB relaciona a participação com a noção de sacramentalidade da liturgia quando associa a presença de Cristo nas ações, nos símbolos e ministros (n. 11-12), na celebração e seu caráter simbólico, à manifestação do mistério de Cristo nos momentos rituais da eucaristia (n. 8) e da Palavra (n. 9).

Sacramentalidade é conceito aplicado a toda a liturgia, para expressar que ela goza da mesma natureza dos sacramentos (BUYST, 2003, p. 4-9; ESTEVES e CORDEIRO, 2008, p. 92-99), e deriva da própria “economia da salvação”. Significa falar do modo pelo qual Deus nos salva. Esse modo é sacramental, isto é, mediado por uma linguagem simbólica. Em sentido profundo, não existe outra forma de comunicação com o ser humano.

Deus se fez humano, tornando-se acessível aos sentidos, fazendo-se ouvir, tocar e ver de perto. Na pessoa de Jesus de Nazaré, a humanidade encontrou Deus. O invisível no visível, ao alcance da natureza humana. Jesus é o sacramento do Pai, e da mesma forma se entende a Igreja: é sacramento de Cristo, na condição de seu Corpo e continuadora da sua missão. A sacramentalidade da economia da salvação é muito bem expressa pela LG 1 e pela SC 5-6. Dessa mesma economia deriva a sacramentalidade da liturgia, enquanto celebra a salvação e prolonga a ação salvífica de Cristo, o Sacramento primeiro.

1.1.1. Uma chave: a encarnação do Verbo

Por trás dessas afirmações reside um pressuposto que faz compreender a *(teo)lógica* da sacramentalidade: a encarnação do Verbo. São Leão Magno afirma: “aquilo que era visível em nosso Redentor passou para os sacramentos” (LEÃO MAGNO, 2003, p. 1031). Prevalece aqui o mesmo princípio: aquele que subiu ao céu continua presente em nosso meio “na carne dos sinais” (ritos e símbolos). Orígenes considera a oração pronunciada pela Igreja como a carne do Verbo de Deus (ORIGÈNE, 2001, p. 130). Nesse sentido, o relato de Emaús (Lc 24,13-35) é paradigmático: o andarilho que caminha com os discípulos sem ser notado se manifesta no gesto sacramental da fração do pão. Os olhos da fé se abrem, reconhecendo-o, mas aquele que trilhou o caminho desaparece diante deles, restando o sinal do pão partilhado e a pergunta que carrega a certeza da fé: “Não era ele?”

Essa *(teo)lógica* sacramental sustenta as afirmações da SC 7, em que o olhar menos atento pode se prender ao aspecto “físicista” da presença de Cristo. Sim, ele está realmente presente, mas de modo sacramental, agindo e prolongando sua obra redentora por meio dos ministros, dos sacramentos, da Igreja que ora e salmodia, das espécies sagradas, conforme bem salienta a nota da CNBB.

1.1.2. Três dimensões da sacramentalidade

Três aspectos delineiam a sacramentalidade da liturgia: a *expressão significativa*, o *fato valorizado* e a *intercomunhão solidária* (cf. TABORDA, 1987, p. 46-48).^[4] Fica claro que a *expressão significativa* são os ritos e símbolos da celebração cristã; o *fato valorizado* é o próprio mistério de Cristo; a *intercomunhão solidária*, a Igreja como Corpo do Senhor, do qual ele mesmo é a cabeça. Esses elementos constitutivos da celebração não podem ser negligenciados, com o risco de comprometer a dinâmica sacramental e a participação. A *expressão significativa* comporta duas dimensões: uma sensível e outra não sensível. A parte sensível é o que vemos, tocamos, cheiramos, degustamos e ouvimos. A parte não sensível é o próprio mistério que lhe confere sentido e densidade. Uma se orienta para a outra: a água que se vê e se toca conduz à purificação dos pecados, à comunhão com a morte e a ressurreição do Senhor, ao Cristo “água viva” que sacia nossa sede. O *fato valorizado* é a própria salvação realizada na pessoa de Jesus Cristo. É o “mistério da fé” que perpassa toda a liturgia e fecunda os sinais. Esse mistério, testemunhado pela Escritura e pela Tradição, não está encerrado no passado. Dois movimentos lhe dão acesso: ele vem ao encontro da comunidade que celebra, tocando-a por meio da celebração. Ela, por sua vez, vai ao seu encontro por meio da ação memorial que realiza por meio dos ritos e preces (cf. SC 48).

A comunidade de fé é o sujeito da ação litúrgica. Mas essa ação só tem sentido em estreita comunhão com Cristo. É ele quem age nas celebrações por meio das pessoas dos ministros e da

assembleia. A ação da Igreja se entende na perspectiva da íntima comunhão com o Senhor, como seu Corpo místico. Ao movimento ascendente da súplica e do louvor e adoração corresponde sempre o movimento descendente da salvação, da bênção, da vida plena que Deus oferece.

Os três aspectos essenciais para a dinâmica celebrativa se interpenetram de tal forma, que, referindo-se a um, os outros aspectos são automaticamente contemplados e vice-versa. Exemplo: o pão partido (expressão significativa) durante o canto “Cordeiro de Deus” remete à comunidade (intercomunhão solidária), convidada a acolher tal dom. Partindo o pão, ela se reconhece, em Cristo, dom e entrega pela salvação do mundo.

1.2. Participação e sacramentalidade

Que significa então participar plenamente da liturgia, levando em conta a sua sacramentalidade? Significa mergulhar na celebração, ação eminentemente simbólica, jogo de sinais. Tudo começa pelos sentidos, que são a porta de entrada para uma participação efetiva. Não se trata de informação teórica, conteúdo sistematicamente ordenado e inacessível que necessita, *a priori*, ser revelado por meio de recursos midiáticos de última geração. Na comunhão dos irmãos, nos serviços ministeriais, nos sinais deixados por Jesus e transmitidos pela Igreja, a presença atuante do Senhor vai se manifestando. Os que celebram são progressivamente a ele associados pela ação do Espírito Santo nas espécies consagradas, na Palavra celebrada, no caráter memorial dos cantos, na vela que ilumina, no perfume que sobe e se espalha, nas flores que embelezam... Aquele mesmo que outrora curou os doentes, consolou os aflitos, acolheu os pecadores, evangelizou os pobres e anunciou o reino continua hoje, por meio da Igreja e da liturgia, sua obra redentora. Sentado à direita do Pai, ele continua a agir sacramentalmente: na Igreja, nos sacramentos, nas demais celebrações da liturgia, na missão de evangelizar e anunciar o reino de Deus. Num processo que dura uma existência, os cristãos vão sendo a ele incorporados e guiados pelo seu Espírito para continuar no mundo o que ele começou. Quando oram, é a voz dele que chega ao Pai. Quando socorrem, é o seu toque curativo que alcança o “ferido”. Quando consolam, vem dele a consolação. Quando se fazem próximos, é a sua presença que se efetiva junto aos necessitados. Participar da liturgia é tornar-se processualmente sacramentos de Cristo no mundo, vivendo como pessoas transformadas pela páscoa de Jesus que se celebra (cf. Cl 3,1-4).

À falta de sacramentalidade corresponde a falta de participação. Somente se participa do mistério mediante uma dinâmica sacramental. Não se participa do mistério de Cristo por uma imagem projetada ou por um simulacro dos símbolos e ritos da Igreja. Os sinais precisam ser verdadeiros. Uma imitação de vela ou de flor não remete a nada. Além disso, é necessário permitir, favorecer a sua verdade. Um canto mal entoado por preguiça de frequentar os ensaios, uma fração do pão que não se vê, uma leitura mal proclamada ou uma aspensão que não se sente não comunicarão o mistério. O mesmo se aplica às demais celebrações: perde-se a sacramentalidade da Liturgia das Horas quando se fazem todas as horas de uma só vez, para cumprir o preceito. Que dizer de uma bênção “corridinha” a caminho da sacristia?

Antes de recorrer a qualquer artifício extralitúrgico, cabe perguntar se foi feito todo o possível e necessário a partir da própria celebração, da própria liturgia. Como ensina a nota da CNBB, citando a IELM (Introdução ao Elenco de Leituras da Missa) n. 37, nenhum subsídio de ordem pastoral pode substituir o símbolo litúrgico (n. 10).

II. RECURSOS TÉCNICOS E LITURGIA

A introdução de recursos técnicos na celebração não começou com os projetores multimídia. É difícil saber quando, mas já faz tempo que se vê a lâmpada do sacrário imitar a chama de uma vela. De longa data se assiste a uma dificuldade comum: a adequada amplificação do som (microfones e afins), por exemplo. Muitas celebrações do matrimônio são ainda acompanhadas por músicas de um CD, e há testemunhos de aspersão e até de batismo com borrifador de água. Os projetores multimídia são os mais recentes aparatos técnicos introduzidos na liturgia, depois de longa lista que o antecede.

1. Uma compreensão da técnica

Umberto Galimberti, em sua obra *Os mitos do nosso tempo* (GALIMBERTI, 2009, p. 207-227), propõe uma abordagem sobre a técnica. Seu tratado, orientado para o problema político e, sobretudo, ético, serve também ao contexto litúrgico, enquanto demonstra uma “mutação antropológica” que ocorreu a partir da Segunda Guerra Mundial.

1.1. Natureza, ciência e técnica

Pensar a técnica significa entender a cosmovisão da qual nasce a ciência. Enquanto os gregos contemplavam a natureza como imutável, a tradição bíblico-cristã a concebia como dom divino a ser dominado.[5] Aqueles observavam a natureza para captar suas constantes e dela retirar os “modelos” para a vida; na tradição posterior, ela era modificada como resposta ao mandato divino (Ibid., p. 209-212). Foi a cosmovisão bíblica e cristã que se tornou a base para o nascimento da ciência. Por causa da sua ascendência cristã, contrariamente aos gregos, a ciência não extrai nenhuma constante da natureza, mas a submete à comprovação das hipóteses que propõe e busca, por sua raiz religiosa, minimizar os efeitos do pecado original: a dor e o trabalho (Ibid., p. 214). A ciência é o aprofundamento do domínio humano sobre a natureza. Porém sua relação com a técnica é essencial e não instrumental. A ciência tem intenção técnica e funciona tecnicamente. Sem a técnica não haveria ciência. E a técnica não contempla o mundo, mas o transforma.

1.2. A era da técnica e seus efeitos políticos e morais

Em sentido qualitativo, a técnica se torna finalidade e deixa de ser meio quando passa a se afirmar de modo quantitativo, condição absoluta para atingir os “supostos fins” desejados pela humanidade. Deixa de ser meio para ser fim (Ibid., p. 215-216). Essa alteração de “lugar” significou uma virada antropológica, pois o ser humano, enquanto técnico, passa a desconsiderar os efeitos de suas ações, concentrando-se na ciência, que passa a ser finalidade. Mas, ao assumir esta inversão, ele dá seu lugar de sujeito à técnica, tornando-se o seu “funcionário” e executor. Nas decisões “políticas” prevalecem os interesses econômicos, que, por sua vez, dependem da técnica (Ibid., p. 217-219).

No primado da técnica, sabe-se bem como fazer as coisas, porém se negligencia a questão sobre o dever ou não realizar – tarefa que era exercida pela política, chamada por Platão de “técnica régia”. Tem poder quem sabe tecnicamente, e isso significa uma “diminuição” da democracia, pois os novos problemas da humanidade são acompanhados por tamanha sofisticação da técnica, que mantêm reféns a maioria dos não entendidos. Basta lembrar as questões ligadas aos alimentos transgênicos, ao mundo da biologia, da física quântica ou da genética...

Em relação à ética, o problema não é menor (Ibid., p. 219-223). Os modelos éticos não fazem frente à técnica: a moral cristã (de intenções), a moral laica kantiana (humano-finalista) e a moral weberiana (da responsabilidade). No caso da moral de intenções, o exemplo da bomba atômica faz compreender sua fragilidade: a fissura dos átomos foi uma descoberta científica completamente desprovida de intenções, embora tenha resultado em fonte de energia, mas

também em mega destruição. A moral humano-finalista, por sua vez, nunca se realizou, pois, uma vez invertido o lugar da técnica, o ser humano, por essa moral proclamado como fim absoluto, o deixou de ser. Passou a ser valorizado somente enquanto produz (funcionário de um aparato técnico). A moral da responsabilidade não fez frente à técnica, pois esta não tem “pretensões finalísticas”. Se uma pesquisa científica ou recurso técnico geram ulteriores problemas morais, pouco ou nada interessa à técnica, que continua seu percurso. Uma vez parte da engrenagem, o ser humano já não responde pelas consequências daquilo que a técnica produziu.

1.3. Autopotencialização e autolegitimação

Destas demonstrações segue que a técnica se tornou absolutamente desvinculada de qualquer finalidade, em processo de “autopotencialização”. Nesse contexto se opera uma mutação antropológica caracterizada pela distinção entre o agir e o fazer. O agir leva em conta a finalidade, o objetivo, a meta. O fazer busca meramente executar uma ordem, sem qualquer preocupação com sua finalidade; portanto, sem responsabilidade. Valem apenas a competência e a eficiência. O trabalho, enquanto valor, passa a ter sentido dúbio, pois a responsabilidade se limita apenas à boa execução das ordens. Exemplo claro é o operário de uma fábrica de armamentos. Outros exemplos éticos de desvinculação em relação à finalidade: questionado sobre suas motivações ao lançar a bomba atômica sobre Hiroshima, o piloto norte-americano respondeu: “Nenhuma, aquele era o meu trabalho”. Igualmente, o oficial nazista, ao ser questionado sobre o sentimento que experimentava ao exterminar milhares de judeus, respondeu: “Funcionava. E, a partir do momento que funcionava, era irreversível. Executá-lo era o meu trabalho” (Ibid., p. 224). A técnica concede isenção de responsabilidade ao ser humano, pois este já não é sujeito, mas seu funcionário. Ele já não age, ele faz. O sujeito da história já não é o ser humano, mas a técnica.

1.4. Mudanças no ser humano

A mutação antropológica implica dizer que o pensar e o sentir também se alteram. No âmbito do pensamento mudam as referências: já não têm valor o gratuito, o lúdico, o belo, o justo etc. A arte só tem sentido enquanto instrumentalizada, manipulada, vendável. Importa o que for útil, vantajoso, calculável, lucrativo, eficiente e apto. E, no caso da técnica, não interessa o que é bom ou mau, mas o seu uso, em sentido absoluto. No âmbito do sentimento nasce a indiferença: a técnica amplia as fronteiras; o campo de visão e o conhecimento humano se expandem. Com esta ampliação e expansão, a indiferença nasce da própria sensação de impotência. Exemplo: chora-se a perda de entes queridos, vizinhos e amigos, enquanto a mortandade de crianças famintas no mundo, no máximo, é lamentada. Em termos de sentimento, não ultrapassará o dado estatístico (Ibid., p. 225-227).

III. APLICAÇÃO AO CONTEXTO LITÚRGICO

O pensamento de Galimberti, discutível como qualquer outro, oferece pistas para entender a questão da técnica no interior das nossas celebrações. Como foi acenado, o autor opta por aplicar sua reflexão ao campo da ética e da política. Entretanto, deixa uma abertura a outras realidades humanas quando fala de “mutação antropológica” (Ibid., p. 217). Isto nos permite transpor sua reflexão para o campo da liturgia, no qual o dado antropológico não divergirá, pois é o mesmo ser humano que celebra.

1. Motivações e justificativas inconsistentes

Na nota da CNBB, a reflexão sobre o uso, na liturgia, dos aparatos técnicos e dos projetores multimídia vem acompanhada de algumas justificativas por parte das comunidades: econômicas, ecológicas, funcionais e pastorais (n. 4). Tais justificativas têm convencido muitas

comunidades a optar pela aquisição desses aparelhos, por modismo, concorrência ou desejo sincero de melhorar a comunicação na liturgia.

1.1. Primeira falácia: preocupação ecológica

O problema ecológico, do ponto de vista ético, é preocupante. No entanto, a preocupação ecológica mundial é bem mais ampla que o simples uso de folhetos de canto nas celebrações.[6] Em relação ao consumo de papel, o Brasil é considerado um pequeno consumidor diante de nações como os EUA, que quintuplicam as taxas brasileiras. A legislação pesada sobre o setor envolve também a preocupação ecológica, pois a produção de celulose supõe o uso de produtos químicos e a produção de dejetos que prejudicam o meio ambiente. O quadro é de alta complexidade, porque também técnico.[7] De qualquer modo, na simplicidade das celebrações, as comunidades que nada entendem disso não podem responder significativamente ao problema nem se contrapor a essa argumentação. Ainda que a motivação se afirme sob o viés ético, a mesma lógica deveria ser aplicada aos “santinhos”, aos demais folhetos, à catequese e às demais pastorais, o que também não se verifica. Além do que, ecologia não se faz só poupando papel. Diante disso, pode-se perguntar: que outras iniciativas são tomadas concretamente para efetiva educação ecológica, mudança de hábitos e mentalidades em favor do meio ambiente, nas paróquias e comunidades? Ou seja, o apelo ecológico é bonito, politicamente correto e é capaz de convencer as pessoas conscientes. Mas tal postura não será uma falácia, um argumento aparentemente ímpoluto que esconde outras intenções – no caso, a de que implantação do projetor multimídia poderia trazer *status* de modernidade a uma comunidade?

1.2. Segunda falácia: o projetor multimídia é mais econômico

A questão econômica, que verdadeiramente pesa mais na decisão de utilizar o projetor, é também questionável. O aparelho não é barato e exige acessórios (telão, lâmpadas, peças de reposição, energia) e manutenção (instalação, regulação, consertos). Entretanto, no caso da técnica, como nos alerta Galimberti, o problema real é sua autopotencialização; ou seja, o projetor multimídia é somente a última vedete do mercado a estrear em nossas celebrações. Precederam-lhe o retroprojetor, o projetor de *slides*... Sucederão novas gerações e modelos, bem como novos aparelhos com tecnologia mais avançada e atrativa. Um exemplo de autopotencialização: as primeiras gerações de projetores não podiam ser utilizadas durante o dia, pois a claridade dificultava a visão das imagens projetadas. Para isso foram criados novos aparelhos com lâmpadas e lentes mais potentes, capazes de projetar imagens também durante o dia. Assim, de modo sucessivo, novas “soluções” exigirão novas substituições e, com isso, novos gastos. A anunciada economia não se comprovará. Mas, talvez, como argumento falacioso continue a convencer.

1.3. Terceira falácia: praticidade e eficiência

É próprio da técnica o discurso da prática e eficiência. Mas estas, em termos relacionais, causam prejuízos. A técnica, que tende à substituição ou à precariedade da dimensão interpessoal da vida humana, substitui a relação ou a suprime quando assume o lugar do sujeito. Exemplo: quem vê missa pela TV não participa de uma celebração, mas assiste.[8] É de fato prático: não ter de ir à igreja, associar uma atividade doméstica ao programa televisivo... O projetor é também prático e eficiente: já não se precisará de um ministério que acolha as pessoas à porta, ainda que seja para entregar um papel e aproveitar a ocasião para olhar nos olhos de um fiel anônimo.[9] “Um trabalho a menos!”, dir-se-á, insinuando uma solução. Também uma oportunidade a menos para um encontro, um contato, uma palavra. Excluídos os papéis, todos terão os olhos fixos numa parede lateral da igreja ou num telão. Passa a procissão de abertura, que não vai ser acompanhada, porque os fiéis têm sua atenção presa na projeção. A expressão

significativa (procissão) que visibiliza a Igreja (intercomunhão solidária), como povo de Deus ordenado e a caminho da Páscoa definitiva (fato valorizado), se perde.

Diminui-se a sacramentalidade e, igualmente, a participação. No exemplo, não se estabeleceu a conexão entre o cantar e o entrar em procissão. A comunidade que canta – e assim anuncia o mistério da convocação divina e a resposta do povo que a caracteriza – não se reconhece no corpo ministerial que adentra com o canto de abertura. Ela não se vê, pois está desconectada do rito, graças à projeção. O “espelho ritual” da procissão, do beijo reverente do altar, do incenso laudativo que marca o início da celebração se perde, como se fosse mera formalidade. Desmantela-se o rito, desfazem-se os vínculos, prejudica-se a sacramentalidade. A eficiência e a praticidade suplantam a relação. O ator da celebração já não é o povo reunido, mas o projetor, no qual a assembleia fixa, servil e atentamente, o olhar. A motivação prática é um argumento profundamente técnico: não tem em vista os resultados, mas a eficiência; sem papel, sem gastos, prático, como anuncia a motivação. Porém desvia o olhar do que precisa ser realmente considerado em termos litúrgicos: a participação plena do povo de Deus e a sacramentalidade da liturgia.

1.4. Quarta falácia: preocupação pastoral

Por fim, a motivação pastoral. O argumento em torno da participação é também falacioso. Ao se tornar o polo das atenções e assim enfraquecer os ritos, o projetor se torna um elemento intruso no contexto litúrgico, pois tira a participação do seu foco fundamental, o mistério de Cristo, realizado pelos ritos e símbolos da Igreja. Ele liberta os fiéis dos papéis, mas os imobiliza diante de si, subtraindo o povo celebrante do jogo ritual. O “agir litúrgico” é substituído pelo “fazer técnico”. Canta-se sem papel, mas fica-se desligado do rito e da celebração em seu conjunto. O canto perde sua função: será executado como finalidade absoluta, sem remeter ao conjunto celebrativo, aos demais ritos, com seus componentes espaciais e temporais fundamentais para a experiência do mistério na celebração. A comunidade isentada da relação ritual pelo projetor verá diminuída a maior conquista do Vaticano II na liturgia: a participação plena dos fiéis na celebração, enquanto seu direito e dever (cf. SC 14).

Sem finalidade outra, a técnica conflita com a sacramentalidade da liturgia, pois não é sinal de nada, a não ser de si mesma.^[10] Não entra no jogo ritual, mas se constitui como um “aparte”, estranho e imponente na celebração. Seu caráter científico, eminentemente voltado para as coisas do mundo que deseja transformar, não revela o mistério (fato valorizado). Antes, dificulta sua emergência nas ações litúrgicas, pois destrói a relação (intercomunhão solidária), desfigurando os ritos e símbolos (expressão significativa) e a intrínseca ligação entre esses elementos.

A liturgia não é técnica. É sacramental. Pertence à ordem da contemplação, do inútil, do belo, do jogo e do lúdico. Não é finalista em sentido positivo, da produção, do conhecimento, da utilidade, mas está orientada para o alto, para o infinito, para o essencial e fundamental da vida cristã que a técnica e seus aparatos não viabilizam.^[11]

Conclusão

A nota da CNBB é bastante completa e clara a respeito do uso do projetor multimídia. Neste artigo, buscou-se ampliar o foco da problemática, pela análise da técnica como um todo, a fim de compreender a sua natureza e a sua relação com o ser humano e com a liturgia. Doutra parte, delineou-se o que o texto da CNBB insinua quando fala da presença e ação de Cristo nos sinais e ministérios da celebração, a sacramentalidade da liturgia em sua relação com a participação.

Seguem algumas proposições, em sentido pastoral, que podem apontar algumas vias de solução. Também aqui se intenta oferecer um aprofundamento da prática litúrgica, de modo refletido e crítico. A intenção é fomentar o diálogo e aprofundar a questão.

- Aprofundar a linguagem simbólica e ritual da liturgia. A introdução de aparatos técnicos, que, em muitos casos, têm se valido de imagens ilustrativas da celebração (última ceia, pão sendo partido etc.), pode ser indício de uma depauperação dos sinais litúrgicos. Que o pão pareça realmente pão, que o acesso ao vinho seja para todos, que a aspersion seja sensível, que o círio não seja um cano PVC decorado ou as flores sejam de plástico. Recuperar a força da dimensão simbólica pode ajudar a não recorrer aos artifícios da técnica.
- Assumir com maior empenho e convicção o *Hinário Litúrgico* da CNBB e seu repertório. A tolerância pastoral com os grupos que não querem assumir o repertório litúrgico não deixa a comunidade refém de uma postura inflexível ou pouco atenta ao serviço que a liturgia requer?
- Oferecer a publicação, em caráter mais definitivo, dos cantos litúrgicos. Há anos foram publicados os *Hinários Litúrgicos* da CNBB e gravados os CDs, em sua maioria. Mas até o momento não surgiu para o fiel nenhum manual com esse repertório, senão aqueles produzidos por paróquias e dioceses, com não poucas dificuldades financeiras e de assimilação. O manual (hinário para o povo) não subtrai a mobilidade das pessoas, permitindo que estas acompanhem os cantos e ritos simultaneamente.
- Investir na formação litúrgica dos ministérios leigos e ordenados. Os ministérios litúrgicos – todos – necessitam de formação, atualização e aprofundamento, também em relação aos meios técnicos. Que serviço presta um ministro da acolhida? Como melhorar nossas homilias? O que se canta e o que não se canta numa celebração da liturgia? Como melhorar a proclamação da Palavra e as orações dos ritos?
- Aguçar a consciência da sacramentalidade da liturgia. Esse é o caminho seguro para que as celebrações não se transformem ou em um ritualismo formal e vazio, ou em um espetáculo de novidades e arbitrariedades. Isso também ajudaria a exorcizar os aparatos técnicos que não correspondem à natureza sacramental das celebrações.
- Valorizar e integrar o aspecto ecológico nas celebrações. Os novos projetos e reformas de igreja levam em conta o aspecto ecológico e sua relação com o meio ambiente? As equipes de liturgia estão sensíveis ao problema ecológico na preparação das celebrações? Como aprofundar essa relação e realmente trazer à tona um problema atual, também ético e religioso?
- Redescobrir o valor do espaço celebrativo, como espaço simbólico e ritual. Lugar da contemplação, da beleza, do sentir-se Igreja, filho de Deus em sua dignidade batismal e sacerdotal. A funcionalidade do espaço tem em vista a ação litúrgica. Este critério não pode ceder seu “lugar fundamental” a problemas de outra ordem, mesmo que importantes e que possam ser considerados. Espaço belo, bem planejado, orientado para o mistério de Cristo e da Igreja não significa necessariamente espaço caro e inacessível às comunidades carentes.
- Na liturgia, aprofundar a função e a relação dos aparatos técnicos que não se contrapõem à participação dos fiéis e à sacramentalidade. Exemplos: a amplificação do som é necessária nas celebrações. Mas em todos os contextos? Existem situações que reclamam outro tipo de soluções?

- Que tipo de iluminação estamos escolhendo para as igrejas? Quando necessário, o aparato introduzido recebe a atenção devida, desde sua aquisição, instalação, manejo e adaptação até o seu uso no contexto celebrativo?
- Ter cuidado ao aplicar à liturgia aparatos técnicos, convicções pastorais ou preocupações éticas.
- Recuperar as duas conquistas litúrgicas do concílio – participação e sacramentalidade de toda a liturgia – e zelar por elas. Ambas são essenciais para as celebrações e para a vida da Igreja.
- Reler, aprofundar e aproveitar tudo o que a nota da CNBB oferece à pastoral litúrgica nas paróquias e comunidades.

BIBLIOGRAFIA

- BARAÚNA, G. A participação ativa, princípio inspirador e diretivo da constituição litúrgica. In: _____ (Org.). *A sagrada liturgia renovada pelo concílio: estudos e comentários em torno da constituição litúrgica do Concílio Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1964.
- BUYST, I. Alguém me tocou! Sacramentalidade da liturgia na Sacrosanctum Concilium (SC), constituição conciliar sobre a sagrada liturgia. *Revista de Liturgia*, São Paulo, n. 176, 2003.
- ESTEVES, J. F. C.; CORDEIRO, J. M. G. *Liturgia da Igreja*. Lisboa: Universidade Católica, 2008. (Estudos Teológicos, 19.)
- GALIMBERTI, U. *I miti del nostro tempo*. Milano: Giangiacom Feltrinelli, 2009.
- LEÃO MAGNO. Segundo sermão para a Ascensão. In: CORDEIRO, José de Leão (Org.). *Antologia litúrgica: textos litúrgicos, patrísticos e canônicos do primeiro milênio*. Fátima: Secretariado Nacional de Liturgia, 2003.
- ORIGÈNE. *Homélies sur les nombres* 3, 23,6. Paris: Éditions du Cerf, 2001.
- RICOEUR, Paul. *La logica di Gesù*. Magnano: Qiqajon, 2009.
- TABORDA, F. *Sacramentos, práxis e festa: para uma teologia latino-americana dos sacramentos*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- VAGAGGINI, C. Vista panorâmica sobre a constituição litúrgica. In: BARAÚNA, G. *A sagrada liturgia renovada pelo concílio: estudos e comentários em torno da constituição litúrgica do Concílio Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1964.

[1] Cf. <www.cnbb.org.br/site/comissoes-episcopais/liturgia>, publicada em 3/1/2011.

[2] A nota fala explicitamente do “projeto multimídia”, mas extensivamente a expressão se refere também a outros “aparatos” técnicos no interior da celebração (n. 3.14.16.17).

[3] A nota não pretende esgotar o assunto, tampouco está fechada em um posicionamento rígido, como quem pronuncia uma palavra final. O convite à reflexão se dirige a todos, “sobretudo, àqueles que utilizam o projeto multimídia como recurso para a liturgia”. Isso confere ao texto um tom respeitoso e aberto ao diálogo.

[4] A mesma ideia se encontra na afirmação de Cipriano Vagaggini: “O conceito de Liturgia vem abertamente derivado da noção de *sacramentum*, que se verifica em Cristo, na Igreja em geral e na sua aplicação à Liturgia. *Sacramentum* na acepção acima explanada: *algo sensível* que de uma forma ou outra contém, manifesta, comunica *aos bem-dispostos uma realidade divina, invisível*” (grifo meu) (VAGAGGINI, 1964, p. 137).

[5] Evidentemente o autor tem em mente um modelo de exegese já superado, mas que decerto influenciou a cosmovisão cristã, sobretudo ocidental.

[6] Não tratarei da questão “folhetos de missa”. Esta é já bastante discutida por outras competências, embora sejam também um aparato técnico. Por isso, faço aqui a distinção “folhetos de canto”.

[7] Cf. “O mercado de papel e celulose”, na revista *FAE Business*, v. 1, p. 44-45, 2001. Trata-se de breve síntese, que apresenta em grandes linhas a questão da produção de celulose.

www.fae.edu/publicações/pdf/revista_fae_business/n1_dezembro_2001/analisesetorial_o_mercado_de_papel_e_celulose.pdf. Acesso em: 4 fev. 2011.

[8] No caso dos doentes, as missas na TV têm a função de consolar e educar na fé, mas não substituem a visita do ministro que leva a comunhão, celebra com o enfermo e torna a comunidade presente na vida da família e da pessoa visitada.

[9] O ministério da acolhida é, por certo, bem mais que entregar folheto na entrada da igreja. Mas é também isso. E, enquanto for isso – esse é um campo em que não se conseguiu avançar muito –, que seja uma oportunidade.

[10] A nota da CNBB a chama de “acontecimento em si mesmo”, cf. n. 11.

[11] Paul Ricoeur acrescenta que os símbolos têm caráter memorial: “a nossa cultura, na medida em que se conforma a um modelo tecnológico, produz esquecimento. O usuário da ferramenta, da máquina não tem memória: o instrumento se esgota na sua função atual, abole o próprio passado no uso que se faz dele no presente. O símbolo, ao contrário, possui memória, é memória” (RICOEUR, 2009, p. 85).

Pe. Danilo César dos Santos Lima

* Doutorando em Sagrada Liturgia; membro da Rede Celebra de Animação Litúrgica. E-mail: danidevictor@gmail.com